

RASEAM COMPLETA UMA DÉCADA

Em 2013, foi publicado o primeiro Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM. O Raseam busca responder à demanda social e institucional por produção e divulgação de dados sobre a realidade das mulheres e sobre as políticas públicas para a igualdade entre mulheres e homens.

O Relatório é uma compilação descritiva e analítica das principais bases de dados e de indicadores referentes ao perfil demográfico e socioeconômico das mulheres brasileiras. Configura-se como instrumento para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas para mulheres, estimular a participação e o controle sociais e promover a garantia dos direitos das mulheres.



Acesse as edições do RASEAM na página do [Observatório](#)

O Relatório está a cargo do Ministério das Mulheres, sob responsabilidade da equipe do Observatório Brasil da Igualdade. Foi instituído pela [Lei 12.227 de 12 de abril de 2010](#), de autoria da deputada Luiza Erundina, promulgada após 11 anos de tramitação no Congresso Nacional, e regulamentado pelo [Decreto 8.131/2013](#).

O Relatório não coleta dados primários, mas reúne indicadores cujas fontes são pesquisas nacionais de natureza estatística, conduzidas principalmente pelo IBGE; ou registros administrativos, - que contenham informações importantes sobre as políticas dos órgãos públicos e ou sobre sua população atendida.

Os indicadores que compõem o relatório apresentam informações referentes ao território nacional e às Grandes Regiões, estados e municípios, sempre que possível. A edição do Raseam 2023 está em processo de produção e será lançada no primeiro semestre de 2024.

Objetivos do Raseam

Produzir anualmente análises da situação socioeconômica das mulheres no Brasil em todas as suas dimensões, tendo como base um conjunto de indicadores pré-definidos, mas não permanentes.

Subsidiar a formulação de políticas públicas, de pesquisas acadêmicas e de demandas da sociedade civil e de movimentos sociais, no que se refere à análise da realidade socioeconômica das mulheres; e

Atender a um público heterogêneo, por meio de uso de linguagem e informações cidadãs em suas publicações anuais, visando a subsidiar o diálogo entre sociedade civil e os três níveis de governo, no que tange à realidade socioeconômica das mulheres.

A partir do Raseam foi elaborado o Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, lançado em outubro pelo Ministério das Mulheres. O Painel é uma ferramenta para o acompanhamento de temas de grande interesse no campo das políticas para mulheres.

EIXOS TEMÁTICOS

ESTRUTURA DEMOGRÁFICA. Traça um perfil da população brasileira e trabalha com dados principalmente da PNAD Contínua/IBGE.

AUTONOMIA ECONÔMICA E IGUALDADE NO MUNDO DO TRABALHO. Trabalha com a inserção da mulher no mercado de trabalho, buscando trazer sempre desagregações de cor/raça, situação de domicílio; aborda temas como acesso a creche, estudo do uso do tempo, taxa de atividade econômica, desocupação, trabalho doméstico e trabalho informal, entre outros.

EDUCAÇÃO PARA A IGUALDADE E CIDADANIA. Trata do acesso à educação superior e básica, educação profissional, evasão escolar, entre outros assuntos.

SAÚDE INTEGRAL DA MULHER. Traça um panorama da saúde das mulheres brasileiras, abordando temas como doenças crônicas, doenças sexualmente transmissíveis, mortalidade materna.

ENFRENTAMENTO DE TODAS AS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Apresenta os dados dos principais registros administrativos de violência contra as mulheres. Entre eles, o Ligue 180, o SIM e o Sinan, do Ministério da Saúde, entre outros.

MULHERES NO ESPAÇO DE PODER E DECISÃO. Avalia o acesso das mulheres aos cargos públicos, nos três poderes, sejam eles eletivos ou de carreira, e aos cargos de direção nas empresas e nos sindicatos.

MULHERES NO ESPORTE. Analisa o acesso das mulheres às tecnologias de informação e comunicação, às atividades físicas e aos esportes de alto rendimento.



Memória

Raseam 2013

A primeira edição foi lançada na estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).

Entre 1999 e 2010, o projeto de Lei foi discutido no Congresso Nacional. Apenas, em 12 de abril de 2010, foi aprovado, como Lei, com a finalidade de fornecer ao Estado e à sociedade relatórios anuais sobre a situação socioeconômica das mulheres.

O [decreto 8.131/2013](#) delegou à SPM a implantação, produção e difusão do relatório e designou para a coordenação deste Relatório para o Observatório Brasil de Igualdade de Gênero. O Observatório foi criado em 2009, a partir das orientações presentes nos acordos do Consenso de Quito (2008) e da experiência do Observatório de Gênero da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Importa destacar que a [Lei 12.527/2011](#), conhecida como a Lei de Acesso à Informação (LAI), que dispõe sobre o acesso à informação produzida por órgãos públicos no País, reforçou a relevância tanto da atuação do Observatório como da produção do Raseam.

Para viabilizar essa produção, foi criado o Grupo de Trabalho de monitoramento de indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, de caráter permanente, com o objetivo de contribuir para a definição e análise de indicadores que permitam a elaboração e divulgação do RASEAM.

A criação do GT visou a garantir um espaço de articulação de parcerias interdisciplinares e interinstitucionais, para subsidiar a regulamentação e implementação do RASEAM.

Memória

Raseam 2014

O relatório de 2014 trouxe novidades no formato de apresentação e nos conteúdos dos capítulos temáticos, além de outras mudanças em relação à edição anterior, tantos nos indicadores analisados como nas fontes utilizadas.

À época, o relatório registrou que “dados relativos às mulheres em sua diversidade são muitas vezes invisibilizados em pesquisas amostrais ou nas bases de dados dos registros administrativos. Sempre que possível, no entanto, apresenta-se dados relativos às mulheres indígenas, mulheres com deficiência, mulheres do campo e da floresta, mulheres lésbicas, mulheres jovens, mulheres idosas, mulheres em situação de privação de liberdade, entre outras.”



Memória

Raseam 2015/2016

Em relação à sua estrutura, o Raseam 2015/16 foi dividido em três partes.

A primeira parte é uma análise do conjunto de indicadores de cada capítulo, com os dados mais relevantes para a compreensão do tema. A segunda parte é o sumário estatístico com os principais indicadores de cada capítulo. A terceira parte traz todos os indicadores apresentados em tabelas. Estas três partes foram construídas sob a ótica dos 7 eixos temáticos.

Além disso o relatório 2015/2016 disponibilizou um glossário que descreve os conceitos adotados para a realização da análise dos indicadores e uma relação com a descrição das características das bases de dados acessadas.



Memória

Raseam 2017/2018

Em relação à estrutura, o Raseam 2017/18 manteve a mesma divisão do anterior. A primeira parte objetiva fazer um resumo escrito do conjunto de indicadores de cada eixo temático, trazendo alguns dados relevantes para a compreensão do tema. A segunda parte é o sumário estatístico com os principais indicadores de cada capítulo. A terceira parte, por fim, consiste na apresentação de todos os indicadores coletados, distribuídos em capítulos, por tema específico.



Raseam 2019

Nesta edição, o Raseam 2019 teve um formato levemente diferente dos anteriores. As tabelas foram divididas nos tradicionais sete eixos temáticos e, excepcionalmente nesta edição, foi elaborado um oitavo capítulo intitulado Aparelhos Municipais de Políticas para Mulheres. O objetivo do capítulo foi mostrar os resultados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), do IBGE, que trata da estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, tendo como unidade de investigação o município e, como informante principal, a prefeitura. Foram selecionadas informações para a política para as mulheres, como a existência de organismos executivos de políticas para mulheres, natureza e organização, de conselhos municipais de políticas para mulheres, dados relativos a aparelhos de saúde de parto hospitalar, leitos neonatais, entre outros.

Memória



Raseam 2020

O relatório destacou o tema das mulheres nas eleições de 2020. O capítulo Mulheres em espaços de poder e decisão ressalta a cobertura da participação das mulheres nas eleições 2020, por meio de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso traça um panorama de como as mulheres ocupam posições de destaque na nossa sociedade com informações sobre a esfera formal de poder no Legislativo, e a ocupação de postos de direção em outros âmbitos sociais.

Há tabelas sobre a ocupação de cadeiras por mulheres na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, incluindo na presidência das casas, nas comissões e nas lideranças dos Partidos Políticos.

É possível encontrar informações relativas à ocupação de cargos no Executivo Federal, presença das mulheres nas diretorias de partidos políticos e sindicatos, em tribunais superiores, como ministras, e mulheres que ocupam posições de chefia em empresas privadas, segundo a PNAD Contínua.

Raseam 2023

O relatório 2023 está em produção e a expectativa é de que seja publicado no primeiro trimestre de 2024. Para a elaboração do Raseam 2023, foram realizados dois encontros técnicos com as instituições que produzem os dados que são a fonte das análises do relatório.

Saiba mais:

- Observatório Brasil da Igualdade de Gênero [retoma](#) produção anual do RASEAM – Relatório Socioeconômico da Mulher
- [Análise](#) de indicadores de desigualdades de gênero é urgente para gestão de políticas públicas para mulheres.

Notícia

Reunião com o GT de Monitoramento de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero discute primeira versão do RASEAM 2023.

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero coordenou na sexta-feira (08/12), em Brasília, a primeira reunião técnica de 2023 com os integrantes do GT de Monitoramento de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

O objetivo do encontro foi a apresentação da versão preliminar do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2023, para discussão, avaliação e validação.

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero recebeu, em 16 de novembro, a **visita técnica** de Juliene Santos Oliveira, diretora, e Erika Leite Santana, gerente do Observatório Maria Beatriz Nascimento, para a apresentação do **Mapa da Mulher Sergipana**, iniciativa da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do governo de Sergipe. O Observatório Maria Beatriz Nascimento busca mapear informações relativas à mulher sergipana nas áreas da saúde, segurança, trabalho e social, contribuindo para a elaboração de políticas públicas para mulheres.

Conheça: [Mapa da Mulher Sergipana](#)

O site do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero tem um link que disponibiliza informações sobre vários observatórios no Brasil e no mundo. Clique em [Links de interesse](#).



Da esquerda para a direita, Roberta Viegas, Kamilla Dantas, Érika Leite, Juliene Santos e Camila Rocha Firmino

Artigo O que o Censo 2022 trouxe de novidade sobre as mulheres

Alessandra Scalioni Brito ¹

No fim de outubro, o Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os dados do Censo 2022 sobre a população brasileira por sexo e idade.

Os dados mostram que as mulheres continuam sendo maioria na população do País, bem como em todas as Grandes Regiões. Neste sentido, dos 203,1 milhões de brasileiros, 51,5% ou 104,5 milhões eram mulheres.

A Região Sudeste tinha a maior proporção de mulheres (51,8%), enquanto a Região Norte, a menor (50,1%).

A pesquisa ainda mostrou que apenas os estados do Acre, Tocantins, Roraima e Mato Grosso tinham mais homens que mulheres na sua população. Já os estados com maiores proporções de mulheres do País foram o Rio de Janeiro, Distrito Federal e Pernambuco (ver box na próxima página).

A distribuição das mulheres por grupos de idade mostra que 18,8% delas eram crianças e adolescentes até 14 anos, 14,1% eram jovens de 15 a 24 anos, 50,0% tinham idade entre 25 a 59 anos e 17,1% eram idosas de 60 anos ou mais.

Na comparação com a distribuição dos homens por idade, as mulheres têm um perfil mais envelhecido, com menos crianças e jovens e com mais idosos. Isto porque nos últimos anos tem nascido mais homens que mulheres, e as mulheres tendem a viver mais, seja por fatores comportamentais (mais cuidado com a saúde e menos exposição ao risco), seja por fatores biológicos.

Esta tendência de nascer mais homens que mulheres pode ser observada pela razão de sexo, que é a razão entre homens e mulheres da população.

Artigo O que o Censo 2022 trouxe de novidade sobre as mulheres

Proporção de mulheres na população, por Unidade da Federação (%)	
Unidade da Federação	Proporção de mulheres (%)
Rio de Janeiro	52,80
Distrito Federal	52,34
Pernambuco	52,30
Sergipe	52,14
Alagoas	52,12
São Paulo	51,82
Paraíba	51,72
Rio Grande do Sul	51,71
Bahia	51,66
Rio Grande do Norte	51,59
Ceará	51,59
Paraná	51,27
Minas Gerais	51,24
Espírito Santo	51,22
Piauí	51,07
Goiás	50,87
Maranhão	50,87
Mato Grosso do Sul	50,80
Santa Catarina	50,71
Amapá	50,32
Rondônia	50,17
Amazonas	50,13
Pará	50,10
Acre	49,96
Tocantins	49,90
Roraima	49,68
Mato Grosso	49,67

Fonte: IBGE/Censo demográfico 2022.

Esta tendência de nascer mais homens que mulheres pode ser observada pela razão de sexo, que é a razão entre homens e mulheres da população.

No Censo de 2022, esta razão ficou em 0,94 para o total da população, ou seja, 94 homens para cada 100 mulheres no Brasil. No entanto, a razão de sexo por idade mostra que, até 24 anos, a razão é maior que um (1,04 para o grupo de 0 a 14 anos e 1,02 para o grupo de 15 a 24 anos), indicando mais homens que mulheres entre os mais jovens.

A partir de 25 anos de idade, por outro lado, a razão de sexo fica abaixo de um (0,93 para o grupo de 25 a 59 anos e 0,80 para aqueles de 60 anos ou mais de idade), refletindo a maior expectativa de vida das mulheres brasileiras.

1 Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas, mestrado e doutorado em Economia pela Universidade Federal Fluminense. É pesquisadora da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mas atualmente está como Assistente do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero do Ministério das Mulheres.

Notícia

Política Nacional de Cuidados é tema da redação do ENEM 2023

Mais de 3,9 milhões de inscritos elaboraram texto sobre o assunto

"Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil".

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) 2022, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres dedicam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas, enquanto os homens dedicam 11,7 horas.

Em 2023, os Ministérios do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e das Mulheres criaram um grupo de trabalho para a elaboração da Política Nacional de Cuidados. Foi lançada uma consulta pública e um formulário eletrônico para ouvir a sociedade sobre a elaboração dessa Política.

Fonte: [Agência Brasil](#)

Para conhecer o marco conceitual sobre a Política Nacional de Cuidados, consulte:

<https://www.gov.br/participamaisbrasil/marco-conceitual-da-politica-nacional-de-cuidados-do-brasil>





Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero

O Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero é uma ferramenta para acompanhamento de temas de grande interesse no campo das políticas para mulheres.

É possível consultar dados e informações sobre Estrutura demográfica, Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, Educação para a igualdade e cidadania e Mulheres em espaços de poder e decisão.

Acesse: [Painel de Indicadores](#)

Notícia

Bolsa Família inova com benefício a nutrizes

Ao completar 20 anos de criação, o Bolsa Família inova ao criar o Benefício Variável Familiar Nutriz (BVN) com um valor adicional de R\$ 50 concedido às famílias com crianças de 0 a 6 meses. Em outubro deste ano, 287 mil crianças foram atendidas a partir de um investimento direto de R\$ 13,9 milhões.

Fonte: [Agência Gov](#)

No Painel é possível consultar informações sobre os beneficiários na página.

[Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho.](#)



Notícia



Brasileiras no PAN

Os Jogos Pan-Americanos realizados de 20 de outubro a 5 de novembro (2023) mostraram o protagonismo das esportistas brasileiras e o resultado foi evidenciado em números: dos 66 ouros brasileiros, 33 foram conquistados por mulheres, 30 por homens e três por equipes mistas.

Dos 205 pódios, 95 foram das mulheres, 92 dos homens e 18 por times mistos.

Na ginástica — somadas a rítmica, a artística e a de trampolim —, foram dez ouros das brasileiras, 11 pratas e dois bronzes; no total foram 31 medalhas, sendo oito conquistadas pelos homens e 23 por elas, o que significa praticamente um quarto (24,21%) do total atingido pelas brasileiras na competição. No recorte somente de medalhas de ouros, a proporção é ainda maior.

As ginastas obtiveram dez pódios, quase um terço (30,3%) das vezes em que uma brasileira foi ao topo do pódio no Chile.

Segundo o Ministério do Esporte, esta foi a melhor participação brasileira no Pan na história, com 205 medalhas e 89,75% são resultado da implementação do programa [Bolsa Atleta](#).

Importante!

Rio de Janeiro se tornará a capital da ginástica rítmica mundial em 2025.

O Brasil foi escolhido, na quinta-feira (23/11), como sede da 41ª edição do Campeonato Mundial da modalidade.

Marco legal

Conhecida como Lei Carolina Dieckman, a Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012, completou uma década em 2022 e dispõe sobre a punição contra crimes cibernéticos, isto é, que ocorrem por meio de dispositivos eletrônicos. É sempre importante conhecer a legislação e os direitos e responsabilização que elas produzem.

Particularmente no combate à violência contra as mulheres, que pode assumir tantas formas, e em especial no ambiente digital, espaço de violência ainda anônima - e por isso mesmo, exacerbada - em muitos casos.

A Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012, dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

São considerados crimes a invasão, extorsão, e publicação de imagens e informações sobre qualquer pessoa sem a autorização da mesma.

A Lei Carolina Dieckmann incluiu no Código Penal regras para interrupção ou perturbação de serviço informático, telemático ou de informação de utilidade pública e ainda a equiparação de cartão de crédito ou débito a documento particular, para estabelecer a pena de reclusão de um a cinco anos e multa a quem falsificar esses itens.

Fonte: [Rádio Senado](#).



Atenção! O Instituto Patrícia Galvão mantém uma página completa sobre violência de gênero on line e um [link](#) com instruções de como e onde denunciar.

Inovação

Bolsa Família inova com benefício a nutrizes
Ao completar 20 anos de criação, o Bolsa Família inova ao criar o Benefício Variável Familiar Nutriz (BVN) com um valor adicional de R\$ 50 concedido às famílias com crianças de 0 a 6 meses. Em outubro deste ano, 287 mil crianças foram atendidas a partir de um investimento direto de R\$ 13,9 milhões.

Fonte: [Agência Gov](#)

Na estante

“Histórias da Filantropia Negra que Transformam Comunidades”

E-book lançado pelo [Fundo Agbara](#) narra casos de instituições que receberam aporte do Fundo que é o primeiro fundo filantrópico de mulheres negras da América Latina. A palavra agbara, do yorubá, significa potência e o fundo foi criado em 2020, como organização sem fins lucrativos que tem como missão lutar pela dignidade humana e pela, equidade racial e de gênero por meio de acesso a direitos econômicos a mulheres negras brasileiras.

Publicações sobre o tema da filantropia negra:

<https://www.instagram.com/stories/highlights/17946480203575908/>

A [Rede Brasileira de Mulheres Cientistas](#) nasceu em 23 de abril de 2021, com a proposta de desenvolver estratégias de ação no contexto da pandemia de COVID-19. Cerca de 4 mil pesquisadoras de todo o país assinaram a [Carta](#) em defesa da Rede. A RBMC promove debates a partir da perspectiva de gênero e de raça, desenvolve projetos e articula parcerias para contribuir na construção de uma sociedade equitativa.

O [BANCO DE INICIATIVAS](#) é um repositório que pretende servir como fonte de consulta e pesquisa sobre iniciativas - programas, políticas, projetos, ações, entre outros “que contribuam para promover os direitos das mulheres e para reduzir o impacto da pandemia nas suas vidas.”



Expediente

Roberta Viegas e Silva - Coordenadora-geral do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
Camila Rocha Firmino - Coordenadora do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
Alessandra Scalioni Brito
Ana Henriques
Daniela Peixoto Ramos
Kamilla Dantas Matias

Contato

observatorio@mulheres.gov.br
www.gov.br/mulheres/observatorio